



REVES - Revista Relações Sociais (eISSN 2595-4490)

## Questões de gênero e educação no Estado do Amazonas

### Gender issues and education in the State of Amazonas

**Silvana Barreto Oriente**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7957-0070>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: [silvanaboriente@gmail.com](mailto:silvanaboriente@gmail.com)

**Maria Isabel Alonso Alves**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2960-1200>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: [profamariaisabel@ufam.edu.br](mailto:profamariaisabel@ufam.edu.br)

Article Info:

Article history: Received 2022-01-17

Accepted 2022-03-20

Available online 2022-03-24

doi: 10.18540/revesv15iss3pp13766-01e



**Resumo.** Esse artigo apresenta uma reflexão sobre as questões de gênero e educação no Estado do Amazonas. Trata-se de um recorte de pesquisa em andamento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH) no âmbito da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Unidade de Humaitá - IEAA. Neste recorte busca-se refletir sobre a tratativa das questões relacionadas ao gênero na educação pública do Estado do Amazonas, considerando o questionamento que impulsiona a pesquisa: De que forma o Estado do Amazonas tem lidado com as questões de gênero no cenário educacional? Buscou-se, então, levantar pesquisas recentes desenvolvidas sobre a temática no contexto amazonense, discutir o que dizem os documentos oficiais regulatórios da educação no Amazonas e descrever a atuação das secretarias Seduc/Am e Semed/Manaus em torno da temática. O amparo teórico-metodológico tem como base a metodologia pós-crítica em Educação, a partir de autores que transitam entre os campos de prefixos “Pós” trazidos por Meyer e Paraíso (2012), ancorados nos estudos culturais, de gênero e estudos feministas. A produção de dados se deu a partir do estudo bibliográfico e documental. A análise dos resultados, realizada a partir de uma abordagem qualitativa, sugere que as questões de gênero possuem um espaço muito discreto no cenário educacional amazonense, mas que desponta como uma pauta que pode e deve ser ampliada.

**Palavras-Chave:** Gênero. Educação. Amazonas.

**Abstract.** This article presents a reflection on gender issues and education in the State of Amazonas. This is an excerpt from an ongoing research developed in the Graduate Program in Teaching of Sciences and Humanities (PPGECH) under the Federal

---

University of Amazonas - UFAM, Humaitá Unit - IEAA. In this section we seek to reflect on the treatment of gender-related issues in public education in the State of Amazonas, considering the question that drives the research: How has the State of Amazonas dealt with gender issues in the educational scenario? It was sought, then, to raise recent researches developed on the theme in the Amazonian context, discuss what the official documents regulating education in Amazonas say and describe the actions of the secretaries Seduc/Am and Semed/Manaus around the theme. The theoretical and methodological support is based on the post-critical methodology in Education, from authors who move between the fields of "Post" prefixes brought by Meyer and Paradise (2012), anchored in cultural studies, gender studies and feminist studies. The production of data was based on bibliographic and documentary study. The analysis of the results, carried out from a qualitative approach, suggests that gender issues have a very discrete space in the Amazon educational scenario, but that emerges as an agenda that can and should be expanded.

**Key-words:** Gender. Education. Amazonas.

## 1. Introdução

A abordagem de temáticas relacionadas a gênero na escola é relativamente nova, tendo como marco para sua maior amplitude, a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1996. No Amazonas, essas discussões ainda acontecem de forma discreta, mas já consta na pauta das secretarias de Estado (SEDUC/AM) e Municipal de Educação (SEMED/MANAUS).

Por se tratar de um recorte de pesquisa que está em andamento no Programa de Pós-graduação em ensino de ciências e humanidades da Universidade Federal do Amazonas, a qual investiga políticas públicas que amparam práticas pedagógicas que visam o empoderamento feminino, o presente texto foi impulsionado pela necessidade de perceber como essas questões são abordadas do contexto educacional amazonense.

Para tal, traçou-se como objetivo geral dessa pesquisa, refletir sobre a tratativa das questões relacionadas ao gênero na educação pública do Estado do Amazonas, considerando o questionamento que impulsiona a pesquisa: De que forma o Estado do Amazonas tem lidado com as questões de gênero no cenário educacional?

A partir daí buscou-se, então, como objetivos específicos, levantar pesquisas recentes desenvolvidas sobre a temática no contexto amazonense, discutir o que dizem os documentos oficiais regulatórios da educação do Amazonas e descrever a atuação Seduc/Am e Semed/Manaus em torno da temática.

O amparo teórico-metodológico tem como base os estudos pós-críticos em Educação, a partir de autores que transitam entre os campos de prefixos "Pós" trazidos por Meyer e Paraíso (2012), ancorados nos estudos culturais, estudos de gênero e estudos feministas. A produção de dados se deu a partir do estudo bibliográfico e documental (LODKE; ANDRÉ, 2013), a partir de uma abordagem qualitativa (GASTALDO, 2020).

A fim de orientar a ação docente em sala de aula, o conselho Estadual de Educação tem elaborado documentos e diretrizes que possam regulamentar as ações pedagógicas nas escolas de educação básica no Estado do Amazonas, dentre eles, o Plano Estadual de Educação (PEE), a Proposta curricular do Amazonas, Manual de Orientação da EJA e Avançar, Diretrizes curriculares e Pedagógicas: frente os desafios do contexto atual, e mais recentemente, o Referencial Curricular Amazonense (RCA).

---

Esse último, contém as diretrizes para a implementação do Novo Ensino Médio, o qual requer a formação continuada dos professores, a reorganização e articulação dos documentos escolares e das instituições que oferecerão essa modalidade de ensino.

O artigo está estruturado em três seções, nas quais procura discorrer, em primeiro momento, sobre o que apontam as pesquisas recentes sobre os estudos de gênero no Amazonas (FREIRE, 2016; ROTONDANO; 2019; RODRIGUES e ROSSI, 2019; SIMÃO, 2021; HATTA, 2016). Em uma segunda etapa, apresenta algumas reflexões acerca dos documentos norteadores oficiais da educação amazonense, como o PNEE/AM e o RCA. Já na etapa final, descrevem-se algumas ações das secretarias de estado (AM) e municipal de Manaus, em torno das questões de gênero.

## 2. Estudos sobre gênero no Estado do Amazonas

Os conceitos de Currículo, Gênero e sexualidade aqui abordados estão amparados nas definições de Paraíso e Caldeira (2018) e, ainda, Louro (2021). Em ambas as obras tem-se a perspectiva de gênero a partir de processos históricos e culturais de construção de masculino e feminino. Articulada a essa ideia, Carvalhar (2010) afirma que desde muito cedo é ensinado que existem modos apropriados de ser homem e mulher, os quais são difundidos em diferentes formas e instâncias, sendo a escola uma das principais, pois nela são fortalecidos alguns padrões, condutas, palavras e símbolos que acompanham os meninos e meninas durante todo seu percurso escolar. Sobre isso, Louro (2021) traz a reflexão que

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas. Na verdade, desde os anos 1960, os debates sobre as identidades e práticas sexuais e de gênero vêm se tornando cada vez mais acalorado, especialmente provocado pelo movimento feminista, pelos movimentos de gays e de lésbicas e sustentado, também, por todos aqueles e aquelas que se sentem ameaçados por essas manifestações (LOURO, 2021, p.10).

A partir desse entendimento, percebe-se que as questões de gênero e sexualidade estão sendo incorporadas ao campo de estudos curriculares no Brasil de forma tímida, visto que o pensamento feminista e as teorias de gênero, assim como o pensamento *queer* “instauraram modos de pensar bastante diferentes dos usuais no campo curricular, o que demonstrou mudanças de pensamentos, de leitura dos currículos, outras apropriações de abordagens, termos e conceitos” (PARAÍSO; CALDEIRA, 2018, p. 15). Dessa forma, as questões de gênero devem ser entendidas como uma teoria que explica os processos históricos e culturais nos quais foram construídas as ideias de masculino e feminino, sua normalização e hierarquia, levando em consideração as diversas possibilidades de “vidas vivíveis”.

No contexto do Estado do Amazonas, algumas pesquisas têm sido realizadas acerca da temática voltada ao gênero e educação, como aponta Freire (2016) et al, a partir da análise de um projeto de extensão realizado com alunos de Ensino Médio em uma escola pública de Manaus/AM. A pesquisa aponta que somente o acesso às informações sobre o tema não são suficientes para que informações de qualidade sejam absorvidas pelos jovens, ou seja, apesar de os estudantes demonstrarem

---

interesse pelo assunto, nem sempre encontram espaços para reflexão e debate sobre o que pensam e querem descobrir. (FREIRE, 2016, p.03).

Segundo os autores, a educação e a sexualidade se destacam como uma problemática profunda no contexto sociocultural e a escola passa a ocupar um patamar de agente de mudanças significativas na forma como a comunidade vai se envolver com o tema. Outro item que deve ser considerado de relevância é o curso de formação realizado Departamento de Desenvolvimento profissional do Magistério (DDPM) e da Gerência de Formação continuada da SEMED/Manaus. Segundo Rotondano (2019) a implementação desse espaço se deu em um contexto nacional e local de inúmeras reformas educacionais que visavam à valorização profissional e a formação de educadores, conforme sugeria a constituição de 1988.

Rotondano (2019) entende que a maior dificuldade não está simplesmente em desenvolver programas ou ações de formação e/ou orientação, mas sim, em empreender uma ação pedagógica na escola que rompa com os padrões da heteronormatividade, muito arraigados nas condutas da comunidade escolar, que permanece em constante vigilância sobre a discussão desses temas pelos docentes.

Rodrigues e Rossi (2019) apontam em pesquisa realizada na aplicação de um projeto sobre livre brincar, ocorrido após uma das formações do DDPM, que a prática docente foi muito questionada pelos pais das crianças que participaram da atividade. Segundo as autoras, a proposta era incentivar o livre brincar a fim de entender se essa prática contribui para que se desenvolva uma educação que considere as questões de gênero imbuídas, associadas ao desenvolvimento de relações saudáveis entre meninos e meninas, para uma sociedade justa e equânime.

As questões que ampararam as atividades foram, segundo Rodrigues e Rossi (2019), a importância de educar para a diversidade; novos olhares sobre a sexualidade infantil; o brincar no combate à violência de gênero e a diversidade sexual e de gênero. A extensão do projeto que deveria ser de 05 (cinco) dias teve que ser interrompida no terceiro, visto que houve uma grande repercussão entre familiares que não concordaram com a abordagem da temática por parte da professora titular.

Os resultados apontados pelas pesquisadoras destacam ter ficado claro que as crianças recebiam orientação familiar sobre a preferência por certos tipos de brinquedos, as meninas deveriam brincar de casinha e bonecas e os meninos, sempre de carros, futebol ou jogos de inteligência.

A partir dessas evidências, a professora orientou sobre a necessidade de respeitar, caso alguém optasse por escolher algo diferente e que, apesar de os meninos não brincarem com bonecas, um dia poderiam ser pais e teriam que ter habilidades de cuidados também. Da mesma forma, as meninas podiam brincar de boneca, mas ainda assim, poderiam fazer outras escolhas quando tivessem que optar por uma profissão. (RODRIGUES; ROSSI, 2019).

Essa atividade realizada em uma escola em Manaus é um exemplo de alguns dos obstáculos sentidos por educadores que almejam aprofundar os diálogos sobre as questões de gênero no âmbito escolar. Rodrigues e Rossi (2019, p.98) entendem que parte dessa resistência tem sido associada “a um termo tomado vertiginosamente por pessoas de vários segmentos sociais: ‘ideologia de gênero’. Um termo sem conotação científica”.

Por outro lado, Simão (2021) aponta em uma pesquisa sobre identidade étnica e social no município de Benjamin Constant/AM, que a Universidade Federal do Amazonas tem sido pioneira no apoio às questões de gênero e sexualidade entre os indígenas da tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, tornando-se fortalecedora

---

da representatividade universitária, no Instituto de Natureza e Cultura, do referido município.

As vozes de alguns universitários indígenas com representatividade no INC/UFAM serão descritas, para uma compreensão de sua inclusão na universidade. A criação do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas – INC/UFAM implantada no município de Benjamin Constant surge como um espaço acolhedor de pensamentos e expressões, com papel relevante na integração entre países como o Brasil, Colômbia e Peru, por meio das culturas e saberes. (SIMÃO, 2021, p.65).

O autor destaca que alunos egressos da UFAM em Benjamin Constant foram elementares nas lutas por respeito, tolerância e direito de livre manifestação, apoiados pela comunidade acadêmica. Simão (2021, p.87) explica: “a organização e luta pela inclusão de gays, lésbica, travestis, transexuais e transgêneros à plenitude do direito de cidadania no Amazonas ocorre construindo frentes de combate a realidade local de intensa intolerância e violência contra LGBTQIA+”.

Outra pesquisa realizada com alunos e professores de uma escola de Ensino Médio no município de Parintins/AM, a partir do Tema transversal “orientação sexual”, dos PCN, aponta, segundo Hatta (2016, p.79), que “entre os/as professores/as participantes, a maioria deles/as (70%) indicaram que em sua formação profissional não obtiveram orientação para lidarem com questões relativas à sexualidade”.

O autor defende que não é necessário ser um perito em educação sexual, mas é imprescindível que os docentes possuam as habilidades mínimas necessárias para dirimir as dúvidas apresentadas pelos estudantes. A mesma pesquisa informa que 100% dos docentes entrevistados concordam que a escola deve realizar um trabalho de educação sexual. Ainda assim, notou-se que 12% não estão dispostos a participar e 13% não sabem se participariam dessas ações (HATTA, 2019, p.83).

Já em relação aos estudantes, Hatta (2019) apresenta um percentual de 46% dos estudantes que não se declaram compreender ou aceitar as questões relacionadas à sexualidade, principalmente a homossexualidade, e outros 62% afirmaram ter presenciado diversas expressões de “zoações” com colegas que apresentavam comportamento diferente daqueles que eram considerados habituais, ou seja, que seguem aos padrões heteronormativos. Desse modo, afirma que

Esse quadro de hostilidade é capaz de gerar inúmeras situações de violências cotidianas e algumas não se encontram na esfera dos números e dados quantitativos e são vivenciadas no silêncio. Entretanto, se por um lado o quadro nos parece desanimador; não se pode deixar de reconhecer que a sexualidade não segue as regras da cultura normativa, mesmo quando a cultura busca domesticar ou limitar as expressões da sexualidade. (HATTA, 2019, p.90).

Entende-se que é importante dialogar sobre a necessidade de levar essa temática a escola de forma mais sistematizada e focada, de modo que seja possível perpassar pelo processo de constituição das múltiplas identidades, através de produções coletivas sobre “temáticas desestabilizadoras do fazer pedagógico cotidiano, como as questões sobre corpos, gêneros, sexualidades, relações étnico raciais, diversidade, entre outras” (HATTA, 2019, p.105).

Assim sendo, reforça-se a responsabilidade de que sejam somados esforços entre os elaboradores de políticas públicas e demais atores educacionais, a fim de fortalecer a pauta das questões de gênero no Estado do Amazonas.

### **3. Reflexões sobre os documentos oficiais regulatórios**

---

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) representam um marco na abordagem da temática relacionada ao gênero e a sexualidade, tendo em vista uma educação para a cidadania, visto que “engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, [...] problemas atuais e preocupantes” (BRASIL, 1997, p.73).

As discussões sobre o tema são propostas a partir dos temas transversais, os quais expressam a necessidade de proporcionar abrangência nacional a assuntos relevantes que fazem parte da realidade social dos estudantes e que os ajudem a questionar e/ou compreenderem seu entorno. Assim sendo é importante que a escola explore alternativas de diálogo com seus estudantes, enfatizando situações que fazem parte do seu dia a dia, como está expresso no documento:

A escola, sendo capaz de incluir a discussão da sexualidade no seu projeto pedagógico, estará se habilitando a interagir com os jovens a partir da linguagem e do foco de interesse que marca essa etapa de suas vidas e que é tão importante para a construção de sua identidade. (BRASIL, 1997, p. 297).

Sobre as relações de gênero, os PCN destacam que o conceito de gênero está ligado a questões socioculturais, que levam em consideração a diferença biológica dos sexos, ou seja, “enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino”, como construção social” (BRASIL, 1997, p. 321).

O texto destaca que isso explica a razão do tratamento diferenciado, de submissão, sofrido pelas mulheres, historicamente, o que tem privilegiado os homens, em detrimento às mulheres, que ainda sofrem com as desigualdades de oportunidades de inserção social e exercício da cidadania. A fim de intervir nessa realidade, o documento orienta:

É inegável que há muitas diferenças nos comportamentos de meninos e meninas. Reconhecê-las e trabalhar para não transformá-las em desvantagens é papel de todo educador. O trabalho sobre relações de gênero tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. (BRASIL, 1997, p. 322).

No contexto educacional amazonense, vale refletir sobre o Plano Estadual de Educação do Estado do Amazonas (PEE), em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), o qual também destaca o combate à discriminação, preconceito e violência na escola, para tal, a necessidade de políticas públicas específicas para prevenir quaisquer discriminações.

O documento propõe que sejam desenvolvidas diretrizes, metas e ações estratégicas para o atendimento educacional à diversidade étnica e multicultural da população, além de “políticas específicas para a educação especial e as delineadas transversalmente voltadas para a igualdade de gênero, racial e outras diferenças.” (AMAZONAS, 2015, p.14).

O Referencial Curricular Amazonense defende que é necessário educar as atuais e futuras gerações em uma perspectiva de favorecer o respeito, o diálogo e a compreensão. Esse documento orienta que a escola deve voltar suas práticas rumo “a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.” (AMAZONAS, 2020, p. 46). Esse documento visa orientar as práticas

---

pedagógicas desenvolvidas nas redes de educação em todo o Estado do Amazonas, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Após o período de pandemia que levou a suspensão das aulas presenciais nas escolas públicas do Estado, a SEDUC/AM publicou as Diretrizes Curriculares e Pedagógicas frente aos contextos atuais, a fim de disponibilizar orientações sobre o atendimento aos estudantes no retorno às aulas presenciais e garantir aos estudantes as aprendizagens essenciais, a cada etapa de ensino e modalidade da Educação Básica, de modo a atender as expectativas de aprendizagens essenciais no contexto da pandemia da Covid-19.

Destaca-se que a Repriorização Curricular objetiva definir os objetos de conhecimento e as Expectativas de Aprendizagem, a partir das Propostas Curriculares vigentes e com foco na Parte Comum do Currículo. A definição dos objetos de conhecimento deu-se a partir dos critérios de essencialidade e predecessores, considerando-se os seguintes cenários contextuais: (i) Estudantes que deram continuidade às aprendizagens pelo Regime Especial de Aulas não presenciais, seja pelo Projeto Aula em Casa, seja pela adoção de outras estratégias do ensino remoto; e (ii) Estudantes sem continuidade às aprendizagens. (AMAZONAS, 2020, p.04)

É possível perceber que o documento apresenta orientações específicas sobre o formato das aulas, a organização do currículo por projetos, o atendimento da rede estadual de ensino e outros tipos de monitoramento. Não há uma recomendação que esteja relacionada às questões de gênero ou similar, entretanto, o documento sugere uma metodologia baseada em projetos, a fim de melhorar o rendimento e estimular a aprendizagem significativa dos estudantes.

Como uma das opções para garantir a aprendizagem, a organização do currículo por projetos, tendo como ponto de partida as expectativas de aprendizagem e os objetos de conhecimento destacados como essenciais no currículo repriorizado ao contexto de pandemia. (AMAZONAS, 2021, p. 9).

Outro documento de relevância publicado pela SEDUC/AM foi o Manual de orientação para a Educação de Jovens e adultos, a fim de guiar as práticas nessa modalidade de ensino nas escolas da rede pública estadual. Nele, é possível encontrar algumas orientações específicas, quanto às diretrizes curriculares, nas quais é possível encontrar uma alusão à abordagem de gênero na EJA.

Os temas Sociais da atualidade: Religiosidade, Direitos Humanos (princípios, fundamentos e objetivos), Ética, Pluralidade Cultural (contribuições das culturas branca, negra, indígena, mestiça, quilombola, dentre outras), Saúde, Gênero e Orientação Sexual, Educação Ambiental, Educação Fiscal, Cidadania, Autonomia, Orientação para o Trabalho e Consumo, Valorização do Patrimônio Histórico-Cultural, Valorização da Mulher (Direitos da Mulher e Lei Maria da Penha), Valorização da Criança – ECA, Valorização do Idoso – Estatuto do Idoso e a Valorização da Comunidade Escolar serão tratados de forma transversal em todos os componentes curriculares. (AMAZONAS. 2020, p. 9).

Essa orientação revela uma oportunidade de refletir sobre a importância da pauta de gênero na escola, principalmente como forma de empoderamento das mulheres, a fim de que alcancem oportunidades, as quais, por motivos adversos, tenham-lhe sido negadas durante sua trajetória escolar.

---

É importante destacar, conforme Berth (2020, p. 23), que esse empoderamento não busca retirar poder de um e repassar a outro, mas “sim uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências na sociedade”, sendo assim, a presença do tema em um documento oficial pode estimular a discussão do papel da mulher no ambiente escolar, dentre outras questões que estão inseridas no âmbito das relações de gênero e sexualidades.

#### **4. Ações das Secretarias de Estado e Municipal de Educação**

A Secretaria Municipal de Educação de Manaus conta com um Centro de Formação Permanente de Magistério, criado em 2001 e hoje funciona como Departamento de Desenvolvimento Profissional do Magistério (DDPM), integrado ao Departamento de Gestão Educacional (DGE). De acordo com o decreto nº2682/13, quanto à formação dos professores, segundo o artigo 39, é competência do DDPM:

- I - elaborar, implementar, coordenar e avaliar a Política de Educação Continuada do Magistério Municipal;
- II - desenvolver pesquisas, promover e divulgar a produção científica dos profissionais da educação municipal;
- III - elaborar e emitir pareceres técnico-pedagógicos de projetos de formação, em parceria com os diversos segmentos da Secretaria ou de outras instituições proponentes;
- IV - intercambiar com órgãos nacionais e internacionais no que se refere à educação continuada dos professores da rede municipal;
- V - emitir parecer quanto à liberação de educadores para estudos de pós-graduação, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa Qualifica;
- VI - definir linhas de ação pedagógica para realização de eventos como seminários, simpósios e fóruns realizados no âmbito da Secretaria;
- VII - desenvolver outras atividades correlatas (MANAUS, 2013, p.05).

Dentro do DDPM, atuam duas gerências: a de Tecnologia Educacional e a de Formação continuada, essa segunda é responsável pela Formação em Orientação Sexual e gênero, que ocorre, segundo Rotondano (2019), desde 2009, em Manaus. Conforme o artigo 41, dentre as atribuições da Gerência, elencam-se:

- I - desenvolver processos de formação continuada associada à pesquisa e fundamentada na práxis educativa humanizadora, democrática, cidadã e pública, na perspectiva da transdisciplinaridade; II - considerar as demandas de formação continuada a partir da realidade educacional das escolas municipais de Manaus; III - referendar os conhecimentos e os saberes necessários para a educação do século XXI; IV - promover estudos que conciliem as dimensões do ensino de conhecimento técnico, histórico, político, econômico, socioambiental e cultural com uma educação humanizadora; V - articular os conhecimentos e os saberes que estão fragmentados no espaço e tempo escolares; VI - relacionar as teorias pedagógicas, as produções e os discursos acadêmicos com as práticas escolares dos profissionais da educação; [...] X - promover a valoração e a autonomia do profissional da educação, frente às atuais políticas educacionais; XI - articular

---

as formações continuadas com os processos de construção de uma escola que respeite a diversidade, a pluralidade e a inclusão; XII - fundamentar as ações formativas a partir da abordagem transdisciplinar; [...] XIV - realizar cursos de extensão, eventos de formação e encontros de pesquisa na rede municipal de ensino. XV - promover intercâmbio com órgãos nacionais e internacionais no que se refere à formação dos profissionais da Secretaria; XVI - analisar e deliberar sobre os pedidos de liberação com ônus para cursos de pós-graduação stricto sensu, por meio do Programa Qualifica; XVII - articular ações técnico-pedagógicas com diversos segmentos da Secretaria, das instituições de ensino superior e as universidades, referentes à formação continuada; XVIII - promover intercâmbio com órgãos nacionais e internacionais no que se refere à formação contínua dos professores da Secretaria; (MANAUS, 2013, p. 6).

Ao refletir sobre essas atribuições e o papel dessa gerência, recorre-se a Rotondano (2019), a qual pesquisou sobre a formação continuada de professores em sexualidade na rede de educação em Manaus e constatou de perto, em sua tese de doutorado, os percalços vivenciados pela equipe de formação continuada do DDPM.

Seus principais resultados de pesquisa apontam que, apesar de os PCN trazerem uma proposta de formação de um educador com perfil inovador, reflexivo e produtor de novos conhecimentos, a abordagem do Tema Transversal “orientação sexual” apresentava uma perspectiva “preventista, controlista e biologizante, focada na perspectiva do risco e do controle, o que era justificado pelo avanço do controle das DST/AIDS e prevenção da gravidez na adolescência” (ROTONDANO, 2019, p.185).

Outro ponto de atenção levantado pela autora refere-se aos desafios percebidos por conta das alterações ocorridas no DDPM, às vezes por trocas de chefias, outras, para atender as normativas sobre o tipo de abordagem das questões de gênero e sexualidade na escola.

Rotondano (2019, p.187) descreve que os conflitos surgidos representam a realidade política local, sobre os embates entre os diferentes tipos de sexualidades, entretanto, destaca que o DDPM sempre buscou oportunizar discussões e debates sobre “o reconhecimento das diversidades nos agrupamentos familiares e as diversas identidades de gênero e orientações do desejo”.

A Secretaria de Educação e desporto do Estado do Amazonas conta com um Departamento de Planejamento e Programa Educacionais (DEPPE), unidade orgânica de direção, subordinado diretamente ao Gabinete da Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica – SEAP/SEDUC e tem suas competências definidas segundo o artigo 4º inciso XIX da Lei 78/2007 e reiterada pela Lei Delegada 3.642 de 26 de julho de 2011, estando sob sua competência:

Coordenação do processo de definição, implementação, manutenção, acompanhamento e avaliação das políticas para a educação básica, produção de estudos e pesquisas sistemáticas e articulação com outras instituições com vistas à elaboração e execução de projetos e programas educacionais que contemplem a diversidade da população escolarizável, a especificidade dos ensinos fundamental, médio e demais modalidades, promoção de

---

inovações e adequações pedagógicas, construção de currículo crítico, observando as diretrizes nacionais e estaduais da educação e, identificação e definição da necessidade de formação dos profissionais da educação; elaboração do processo de definição de programas técnico-pedagógicos direcionados às unidades escolares com a utilização de recursos tecnológicos visando a melhoria do processo educacional. (AMAZONAS, 2011, p. 04).

O departamento é composto por quatro gerências e suas coordenações, dentre elas a Gerência de Atendimento Educacional Específico e da Diversidade, a qual tem dentre suas principais atribuições:

Elaborar, assegurar e desenvolver políticas públicas educacionais para as modalidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, bem como a Educação das Relações Étnico-Raciais, os temas transversais da Educação Ambiental, da Diversidade de Gênero, da Diversidade Religiosa, dos Direitos Humanos e Cidadania, do Direito da Mulher, da Educação de pessoas em situação de Itinerância e o eixo de Letramento para a Educação de Jovens e Adultos. (AMAZONAS, 2011, p. 05).

Dentre as ações da GAEED percebe-se um esforço para garantir no cotidiano das escolas, processos educacionais que contribuam pedagogicamente com a aquisição de conhecimentos, promoção dos direitos e o cumprimento dos deveres de toda a comunidade escolar, destacando a realização de projetos como, “Diálogos Docentes” e “Concurso Estadual de Prevenção a Violência contra a Mulher”, ambos realizados com alunos de toda a Rede Estadual de Ensino.

Além disso, a Secretaria de Educação está em parceria com a Secretaria Estadual de Política para Mulheres e Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, atuando na revisão do Plano Estadual de Políticas para Mulheres do Estado do Amazonas e afirma não medir esforços para contribuir efetivamente com uma educação escolar que vise o pleno desenvolvimento da cidadania, o respeito entre os pares, respeito às questões que envolvam as dimensões inerentes à pessoa humana, respeitando o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, a Base Nacional Comum Curricular e o Referencial Curricular Amazonense.

## **5. Considerações Finais**

As reflexões aqui propostas intentam trazer algumas reflexões acerca de como as questões de gênero têm sido abordadas no estado do Amazonas através das secretarias de estado e municipal de educação, de modo que seja possível ter uma noção de como a temática tem sido explorada no contexto educacional, além de permitir que os educadores questionem suas práticas e se percebam como sujeitos que possuem relevância na construção de uma abordagem mais ampla e flexível no que se refere às dificuldades vivenciadas pela comunidade escolar em geral. .

Ao fazer um levantamento das pesquisas mais recentes sobre a temática nos periódicos da Universidade Federal e Estadual do Amazonas, foi possível encontrar um número discreto de pesquisas que abordassem as questões de gênero no contexto acadêmico e escolar, o que torna evidente a necessidade de problematizar essa ausência, a fim de tentar entender os motivos dessa dificuldade em inserir essas discussões no currículo escolar, visto que as questões de gênero e sexualidade estão presentes no cotidiano dos estudantes, em todas as modalidades de ensino,

---

independente da faixa etária, pelo fato de ser inerente a vida social e cultural, como discorrem os autores apontados ao longo do texto. (PARAÍSO; CALDEIRA, 2018; LOURO, 2021).

Percebeu-se que os documentos oficiais que norteiam a educação amazônica não apresentam de forma clara orientações específicas aos educadores que desejam incluir essa abordagem em suas práticas docentes, fato que amplia as barreiras de inserção do tema, posto que muitos desses educadores se encontram limitados metodologicamente frente a ausência de diretriz específica, ocasionando um certo silenciamento da escola ante aos inúmeros dilemas vividos pelos educandos.

Ainda assim, foi possível encontrar algumas ações das secretarias de educação estadual e municipal de Manaus. Apesar de discretas, as secretarias contam com gerências de atendimento específico, a fim de tratar das questões de gênero e sexualidade, entretanto, pode-se observar que as atividades desenvolvidas estão em processo de ampliação da oferta aos educadores, posto que, em geral, as ações têm alcançado principalmente os educadores da capital.

Desse modo, espera-se que as discussões em torno das temáticas que envolvem gênero e sexualidade no estado do Amazonas sejam estendidas ao interior do estado e que haja uma maior visibilidade das ações pontuais que já são desenvolvidas, a fim de inspirar novas práticas, de modo que os estudantes encontrem a orientação necessária para lidar com os conflitos gerados pela resistência em se abordar esses temas ainda considerados como tabu em alguns setores da sociedade, inclusive a escola.

## Referências

- AMAZONAS, Assembleia Legislativa. Lei Delegada 3.642 de 26 de julho de 2011.
- AMAZONAS, Diretrizes curriculares pedagógicas frente aos desafios do contexto atual. SEDUC, 2020.
- AMAZONAS, Manual de orientações EJA, SEDUC, 2021.
- BERTH, Joice. Empoderamento. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaira, 2020.
- BRASIL, PCN – Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CARVALHAR, Danielle Lameirinhas. Currículo da Educação Infantil: sexualidade e heteronormatividade na produção de identidades. IN. PARAÍSO, Marlucy Alves (org). Pesquisas sobre currículos e culturas: temas embates, problemas e possibilidades. Curitiba: Editora CRV, 2010.
- FREIRE, Priscila, et al. Educação e sexualidade: diálogos na escola. **Extensão em Revista**, V.1/N.1 – 2016.
- GASTALDO, Denise. Pesquisador/a desconstruído/a e influente? Desafios da articulação teoria-metodologia nos estudos pós-críticos. In: MEYER, Dagmar Estermann.; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. Belo Horizonte: Mazza edições, 2012.
- HATTA, Mariana da Silva. Representações de estudantes e professores do ensino médio em uma escola de Parintins/Am sobre sexualidade: um olhar a partir do PCN-Tema transversal Orientação Sexual. UFAM, 2016.
- LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U, 2013.
- MANAUS, decreto nº 2682, de 26 de dezembro de 2013.
- MANAUS, Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. Documento base do plano estadual de educação do Amazonas, PEE – AM. Manaus, 2015.

---

MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy (Org.). Metodologia de Pesquisa Pós-Críticas em Educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina (org). Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018.

RODRIGUES, Michelle; ROSSI, Maiane. Menino brinca de boneca e menina brinca de carrinho? Refletindo questões de gênero na formação continuada e na sala de aula de educação infantil. **Extensão em Revista**, n. 4, p. 94-100, mar. 2019. ISSN 2525-5347. Acesso em: 20 ago. 2021. Disponível em: <<http://periodicos.uea.edu.br/index.php/extensaoemrevista/article/view/1386>>.

ROTONDANO, Érica Vidal. Trabalho de formiguinha: formação continuada de docentes em sexualidade na rede municipal de educação em Manaus. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social e Universidade do Estado do Amazonas 2019.

SIMÃO, Frâncio Costa. Identidade étnica e sexual: a aliança dos universitários indígenas aos movimentos LGBTI+ do município de Benjamin Constant-AM entre os anos de 2018 a 2020. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas. 2020.